

política



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Feminicídio: tornoeleira no agressor

A violência contra a mulher permanece como uma das chagas mais graves da sociedade brasileira. Apesar de avanços legais importantes, como a Lei Maria da Penha, os números de feminicídio seguem alarmantes e revelam uma falha recorrente do sistema de proteção: muitas vezes, o Estado chega tarde demais. Nesse cenário, começa a ganhar repercussão na Câmara dos Deputados um projeto considerado inovador por parlamentares; a proposta é do deputado Pompeo de Mattos (PDT, foto) e pretende mudar a lógica de aplicação das medidas protetivas.



PDT/DIVULGAÇÃO/JC

Proteção com monitoramento

A ideia é simples, mas pode representar uma mudança significativa. O projeto prevê que sempre que um juiz conceder uma medida protetiva solicitada por uma mulher, o agressor seja imediatamente obrigado a usar tornozeleira eletrônica. Hoje, na maioria dos casos, a decisão judicial se limita a determinar que o agressor mantenha distância da vítima. O problema é que o cumprimento dessa ordem depende, quase sempre, da denúncia posterior da própria mulher. Com o monitoramento eletrônico, a determinação judicial deixaria de ser apenas formal e passaria a contar como um instrumento real de controle.

O ciclo da violência

Para Pompeo de Mattos, o feminicídio raramente ocorre de forma repentina. Segundo ele, o crime costuma ser o último estágio de um processo de violência crescente. “Os números são assustadores. No ano passado foram mais de 500 feminicídios no Brasil. Nos últimos 10 anos já passamos de 15 mil mulheres assassinadas”, alerta o parlamentar.

Ambiente de intimidação

De acordo com o deputado, “o agressor geralmente começa impondo restrições, proibindo a mulher de falar com determinadas pessoas, controlando sua rotina e criando um ambiente constante de intimidação. Com o tempo, surgem agressões psicológicas e físicas; muitas vezes, quando a vítima tenta romper a relação, ocorre o desfecho trágico”.

Medida preventiva

Pelo projeto, o agressor seria monitorado por sistema eletrônico integrado à segurança pública. A vítima também poderia receber alerta em aplicativo vinculado ao celular, caso o agressor ultrapasse a distância mínima determinada pela Justiça. Isso permitiria que a mulher busque ajuda ou acione a polícia antes que a violência se concretize.

Elemento de dissuasão

Além do alerta à vítima, o próprio agressor saberá que está sendo monitorado em tempo real. Para Pompeo de Mattos, “esse fator psicológico pode funcionar como elemento de dissuasão”.

Mudança na lógica da proteção

Outro ponto previsto na proposta é que o descumprimento do monitoramento poderá levar à prisão imediata por violação de ordem judicial, mesmo antes de ocorrer nova agressão. O projeto ainda tramita na Câmara, mas já começa a despertar atenção entre parlamentares de diferentes bancadas. A avaliação é que a proposta introduz um mecanismo prático de proteção, que hoje não existe de forma sistemática. Num país onde os números da violência contra a mulher continuam a assustar, a pergunta permanece inevitável: quando o alerta já foi dado pela vítima, o Estado vai agir a tempo, ou apenas registrar mais uma tragédia nas estatísticas?

Descapitalização do

Entrevista Especial

Cláudio Isaías

isaiaasc@jcrs.com.br

A descapitalização do crime organizado, o cuidado com as fronteiras do Rio Grande do Sul, a intensificação da cooperação internacional com Argentina e Uruguai, o combate ao tráfico de drogas e armas e o foco no uso de tecnologias para o combate ao crime estão entre as ações do novo superintendente regional da Polícia Federal no Rio Grande do Sul, delegado Alessandro Maciel Lopes, que assumiu a instituição em dezembro do ano passado.

Nesta entrevista ao **Jornal do Comércio**, o delegado, que é natural de Santana do Livramento e que tem mais de 20 anos de trabalho na Polícia Federal, fala sobre ter assumido como superintendente regional da PF-RS no lugar do delegado Aldronei Pacheco Rodrigues. Antes da chegada a Porto Alegre, Lopes atuava em Brasília, onde trabalhou muito na descapitalização de criminosos e na recuperação de ativos.

Para o delegado, é preciso trabalho especializado para combater organizações e pessoas que lavam dinheiro. De acordo com o delegado, foram criadas unidades em todos os estados brasileiros de recuperação de ativos e investigação e inteligência financeira. A proposta é que essas ações façam parte das investigações. Lopes reforça o compromisso com a instituição, com os servidores e com a atuação integrada na segurança pública.

O delegado diz que a sua gestão será feita com equidade, transparência e imparcialidade - valores que, segundo ele, orientam a atuação da Polícia Federal. A nomeação de Lopes no comando da superintendência regional da Polícia Federal ocorreu após o anúncio da aposentadoria do delegado Aldronei Pacheco Rodrigues, que ocupava o cargo desde junho de 2021.

Pacheco era o único dos 27 superintendentes regionais da instituição que ainda não havia sido substituído no governo do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Em Brasília, Lopes atuou desde 2023 na Coordenadoria-Geral de

Repressão à Corrupção, Crimes Financeiros e Lavagem de Dinheiro. Na sua gestão, foram recuperados mais de R\$ 15 bilhões em ativos.

Jornal do Comércio - Quais são os desafios da sua gestão no comando da Polícia Federal no Rio Grande do Sul?

Alessandro Maciel Lopes - A descapitalização de grupos criminosos e o combate à corrupção farão parte das ações da Polícia Federal no Rio Grande do Sul. Outra prioridade será reforçar ainda mais o alinhamento institucional e as operações integradas com outros órgãos da segurança pública. A nossa gestão na Polícia Federal será priorizar a cooperação internacional com o Uruguai e a Argentina. O combate ao crime como o tráfico de armas e de drogas exige a derrubada de barreiras burocráticas para permitir a troca de informações constantes.

JC - A troca de informações com os países vizinhos é satisfatória?

Lopes - Os dois países são grandes parceiros do Brasil já há muito tempo. Queremos fortalecer os laços de cooperação com o Uruguai e a Argentina. Até porque o crime não tem fronteira. O contrabando é outra coisa que vamos continuar atuando com firmeza. O Estado tem uma extensa fronteira e precisamos de servidores para atuar na fiscalização. Em 2026, temos novos funcionários aprovados em concurso público num total de 2 mil novos policiais que assumem ao longo do ano. A cooperação internacional é fundamental para desarticular o crime nas fronteiras porque permite

que as autoridades superem as limitações geográficas que, embora barrem a atuação policial, não impedem a circulação dos criminosos.

JC - O senhor fala que a inteligência policial trabalha com informações. Como funciona essa ação?

Lopes - Inteligência é uma expressão engraçada em termos de segurança pública. Quando a gente fala em trabalhar com inteligência, ou melhor, incrementar a atividade de inteligência na segurança pública, a gente está falando em troca de informações com outros órgãos da segurança pública para obtenção de informações preliminares que são necessárias em uma investigação criminal que precisam ser formalizadas para entrar como prova. Então, uma coisa é a obtenção de prova. A outra coisa é a inteligência. Nós não conseguimos combater o crime só com inteligência. A gente precisa combater o crime com atividade de inteligência, ou seja, com a obtenção de informações que não estão acessíveis. E posteriormente com a obtenção dessas informações formalizar a prova. Somente a inteligência não condena.

JC - Por isso, a importância da articulação da inteligência entre os órgãos...

Lopes - Um pilar fundamental da inteligência é a interação entre instituições policiais. Essa cooperação ocorre por meio de canais específicos de inteligência, sendo considerada uma parte vital do esforço total contra o crime. O combate à criminalidade exige o trabalho conjunto das organizações policiais, além de uma troca de informações



“Um pilar fundamental da inteligência é a interação entre as instituições policiais”